

Fundamentos e linhas gerais

da política externa

do Brasil

JOSÉ BRANDI ALEIXO*

Após as notícias da viagem de Cristóvão Colombo, em 1492, ao Novo Mundo, houve, sobretudo na Península Ibérica, intensa movimentação diplomática. Lisboa e Madrid, pelo Tratado de Tordesilhas de 1494, alteraram os limites fixados, no ano anterior pela *Bula Inter Coetera*, do Papa Alexandre VI. Atribuiu ele a Portugal os territórios situados até 370 léguas das ilhas de Cabo Verde. Em 1500 Pedro Álvares Cabral chega ao Brasil. Antes e depois desta data as numerosas tribos indígenas desenvolveram, entre si e com os povos europeus, uma política externa. Está, porém, fora dos limites deste trabalho um estudo a respeito. No período de 1580 a 1640 estiveram unidas as coroas ibéricas. Durante ele ampliou-se consideravelmente o território ocupado pelos lusitanos na América do Sul. Muitas destas alterações limítrofes foram reconhecidas, em 1750, pelo Tratado de Madrid em cuja introdução se lê que «cada parte há-de ficar com o que actualmente possui». Outras mudanças de fronteiras foram estabelecidas pelo Tratado de Santo Ildefonso de 1777.

Em 1808 o Príncipe Regente Dom João, ante a iminência da ocupação de Portugal por tropas napoleónicas, transferiu-se com a Corte para o Rio de Janeiro. Trinta e seis navios transportaram cerca de quinze mil pessoas e metade do dinheiro em circulação no reino¹. O Brasil foi assim o único país americano a hospedar uma família real europeia e a ser sede de um império. Esteve ele representado no Congresso de Viena de 1815. Quando o Rei Dom João VI regressou, em 1821, a Lisboa, permaneceram no país seu filho Pedro, muitos nobres, numerosos funcionários vinculados ao Serviço exterior, assim como valiosos arquivos. No período de 1808 a 1821 vários governos acreditaram representantes seus junto à monarquia portuguesa sediada no Rio de Janeiro. O mais antigo consulado dos Estados Unidos na América é o estabelecido, em 1808, na cidade baiana de Salvador.

* Director da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade de Brasília

¹ FREITAS. Caio de, *George Canning e o Brasil*, Rio de Janeiro, Brasiliense, 1958. vol. I, p. 94.

Em 24 de Maio de 1822. José Bonifácio de Andrada e Silva, ministro de Dom Pedro, conhecido como patriarca da Independência, designou o primeiro representante do Brasil no exterior. Foi este António Manuel Corrêa da Câmara, nomeado Cônsul e Agente Comercial no Porto de Buenos Aires e demais portos adjacentes.

A independência do Brasil foi proclamada em 7 de Setembro de 1822, por Dom Pedro I. nascido em Portugal. Apesar de grande movimentação de tropas o processo de emancipação no Brasil foi comparativamente menos violento e menos demorado que nos casos dos Estados Unidos e da América de língua castelhana. O processo do reconhecimento da separação do Brasil por Lisboa foi menos moroso que nos casos de Londres e Madrid em relação às suas possessões no Novo Mundo. Ele ocorreu pelo Tratado de 29 de Agosto de 1825. Dom Pedro I abdicou do trono do Brasil em 1831 em favor de seu filho. Este, Dom Pedro II, dirigiu os destinos do país de 1840 a 1889 quando se proclamou a República.

Factores geográficos

A política externa de um país é grandemente influenciada pela geografia. A área de 8 511 965km² do Brasil representa 1,6 por cento da superfície total do globo, mais de 20 por cento do continente americano e quase 48 por cento da América do Sul. A União Soviética, o Canadá, a China e os Estados Unidos possuem extensão territorial superior à do Brasil. A fronteira terrestre brasileira é de 15 719 km. A maior é de 3 126 km com a Bolívia e a menor é de 593 km com o Suriname. Apenas a União Soviética e a China possuem maior número de vizinhos fronteiriços. O Brasil colinda com dez países, isto é, com todos os da América do Sul, à excepção do Chile e do Equador. A multiplicidade de vizinhos de aquém e além mares coloca o Brasil em contacto com grande variedade de culturas e povos.

A forma compacta, quase triangular, do Brasil contribuiu, concomitantemente com a monarquia, para a coesão interna e a preservação da unidade nacional.

A linde marítima brasileira é duas vezes menor que a terrestre. Os 7 408 km do litoral debruçam-se sobre o Atlântico Sul e em pequena parcela, no Território do Amapá, sobre o Atlântico Norte. A costa ocidental africana abriga cerca de 20 repúblicas, vizinhas de além-mar. Há ainda seis outros países do Continente Negro, mediterrâneo, voltados para o Atlântico. Através do Oceano Atlântico o Brasil articula-se directamente com mais de 50 países situados nas Américas, na Europa e na África. A colonização do país começou pela costa. O Brasil é o país americano mais próximo da África. Entre a cidade brasileira de

Natal e a se nega lesa de Dacar medeiam uns 3 500 km. Durante a Segunda Guerra Mundial o aeroporto de Natal foi de extraordinária importância estratégica. No Brasil os extremos Norte e Sul distam 4 320 km e os Leste e Oeste 4 328 km.

Por razões geográficas e outras a América Latina e África são prioridades naturais da política externa do Brasil. Comparado com o Atlântico Norte, o Atlântico Sul é área relativamente tranquila. Contudo, surgiram novas tensões a partir do conflito armado entre a Argentina e o Reino Unido em 1982 em relação às ilhas Malvinas. Por outro lado, o acordo entre Buenos Aires e Santiago, assinado em Novembro de 1984, em relação aos seus limites austrais, eliminou importante factor de conturbação na área. Brasília empenha-se em contribuir para a paz no Atlântico Sul e em impedir que ele se transforme em teatro de bases e confrontações militares ou região de guerra fria entre as duas superpotências ou entre países do Ocidente. Neste contexto o Itamaraty se opõe à criação de uma Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS) análoga à OTAN. Rejeita-se, particularmente, qualquer parceria com o regime racista da África do Sul. Facto da maior transcendência, neste sentido, foi a aprovação pela ONU da proposta de iniciativa do Brasil e outros países da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul, em 1986².

Factores económicos

Para a caracterização da política externa do Brasil são relevantes alguns dados sobre sua situação económica doméstica, o intercâmbio comercial, as dívidas, as reservas monetárias, etc.

Em preços constantes o Produto Interno Bruto (PIB), passou de 21 biliões de dólares em 1964 para 43 biliões em 1970 e 250 biliões em 1980, mas caiu para 220 biliões em 1985. Mesmo com esta perda real, o PIB do Brasil pode ser considerado o nono do mundo. Isto contrasta com a sua renda per capita, que se situa muito mais abaixo na média mundial. Ela passou de US\$ 2160 em 1980 para US\$ 1640 em 1985³.

Em 1979 o valor da produção industrial do Brasil correspondeu à 13.^a do mundo. No período de 1970 a 1976 a média anual de crescimento foi de 11,6 por cento. Mas no

² A Resolução foi aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 27 de Outubro de 1986, por 124 votos contra 1 (os EUA). *Jornal de Brasília*. Brasília, 28.10.86, p. 11. Ver a respeito a edição suplementar, de Dezembro de 1986, de *Resenha de Política Exterior do Brasil* sobre o tema «ONU aprova proposta brasileira e declara Atlântico Sul como zona de paz e cooperação».

³ Banco Central do Brasil, *Boletim Mensal*. vol. 22. n.º 3, Março/86. Nesta, como nas seguintes notas 3 a 16, os dados foram baseados em tabelas e quadros constantes nos números citados mas reagrupados de diferente forma. Por isso, não são citadas as páginas pertinentes.

período 1977-1984 desceu a apenas 3,11 por cento. O dado anterior ganha maior relevo se colocado em termos de PIB per capita: apenas 0,63 por cento de média anual de crescimento em 1977-1984⁴.

Na indústria do aço o país ascendeu do 23.º lugar mundial em 1965 para o 13.º em 1979. A produção nacional de aço cresceu 62,4 por cento entre 1974 e 1978. Em 1979, a produção atingiu 13,9 milhões de toneladas, passando a 18,1 milhões de toneladas em 1985. O Brasil atingiu não apenas a auto-suficiência na produção de aço como se tornou, a partir de 1981, grande exportador, em particular para o mercado norte-americano. O consumo de aço per capita permanece contudo baixo (110 kg) se comparado com o dos países industrializados (500 kg em média).

A indústria automobilística brasileira foi fundada em 1957. Conheceu, até 1979, um desempenho surpreendente. Nesse ano, a indústria automotriz brasileira, composta em sua quase totalidade por transnacionais norte-americanas e europeias, produziu 1 128 966 unidades. Em 1980, o bom desempenho, que colocava o país entre os dez maiores produtores do mundo, repetiu-se: 1 165 206 unidades. Mas a crise económica que se abateu sobre o Brasil teve reflexos imediatos na indústria automotriz. Em 1981 a produção declinou para 780 803 unidades. Em 1985 alcançou 966 772. Cabe aqui destacar que a retomada da produção a partir de 1985 não corresponde a um aquecimento paralelo do mercado interno nos níveis de 1980. Com efeito, parcela significativa da produção automotriz brasileira vem sendo exportada através de programas especiais de incentivos (Befiex). Em 1985 foram exportadas 207 842 unidades, correspondentes a 21,5 por cento do total produzido. Nos anos anteriores a 1980 a exportação era pouco expressiva⁵.

O petróleo ainda ocupa lugar de destaque no consumo de energia no país. Cerca de 40 por cento do total da energia básica provém do petróleo. O país conheceu significativo acréscimo na produção nacional, originada principalmente «offshore». Tornou-se rentável com a elevação do preço do barril de cru. Entre 1979 e 1985 o país mais que triplicou sua produção, passando de 166 000 barris/dia para 546 000 barris/dia. Por outro lado, no mesmo período, o consumo decresceu de 1092 mil barris/dia para 960 mil barris/dia. O decréscimo explica-se pelo maior aproveitamento do combustível, pela substituição da gasolina pelo álcool em carros de passeio e, também, pela recessão económica. A

⁴ Fonte - Id., *ibid*

⁵ Banco Central do Brasil, *Boletim Mensal*. vol. 22, n.º 3, Março 1986.

participação do petróleo nacional no consumo passou assim de 31,4 por cento em 1979 para 53,2 por cento em 1986⁶.

Destaque particular merece a produção de energia eléctrica. O Brasil possui considerável potencial hidroeléctrico ainda não explorado. Alguns grandes projectos estão sendo executados: Itaipú, na divisão Brasil-Paraguai; Balbina, no Amazonas; Tucuruí, no Pará. Mesmo gerando milhões de Kw/ano e classificando-se entre as maiores do mundo, estas usinas não acompanham o crescimento do consumo nacional de energia. Facto notável é que este cresceu 19,6 por cento de 1982 a 1984, no período da maior recessão no Brasil desde a 1ª Guerra Mundial. A produção que era de 131 333 Gwh em 1982 passou a 157 128 em 1984⁷.

Quadro 1. Investimentos directos no Brasil

(1000 US\$)

	Investimentos	Reinvestimentos	Total
EUA	5 365 235	2 638 104	8 003 339
RFA	2 948 231	1 438 141	4 386 372
Japão	2 190 989	412 981	2 603 970
Suíça	1 242 412	1 103 845	2 344 257
Grã-Bretanha	791 035	702 355	1 493 390
Panamá	902 415	389 434	1 291 849
França	527 739	557 485	1 085 224
Itália	871 815	158 343	1 030 158

Fonte: Banco Central do Brasil. *Boletim Mensal*, Vol. 23. n.ºs 7 e 8, Jul./Ago. 1987, pp.389 a 395.

(Valores de Dezembro de 1986)

Desde a sua independência, o Brasil é um tomador de empréstimos externos. Os investimentos directos no país são, porém, menos antigos. É interessante ressaltar o lugar

⁶ Id., *ibid.* «A medida real do resultado... da exploração e da perfuração é o crescimento acelerado da produção de petróleo, que passou de 188 mil barris diários, em 1980 para os actuais 593 mil barris por dia, que já atendem a cerca de 60 por cento do consumo nacional. Em 1980, a produção brasileira cobria apenas 16 por cento da demanda» (*Petrobrás - Informações Básicas*, Fevereiro 1987, p.9-10).

⁷ Banco Central do Brasil, *Relatório Anual*. 1984.

de relevo reservado ao Panamá. Em razão de facilidades fiscais processaram-se através dele muitos investimentos, em particular de empresas norte-americanas.

Quadro 2. Balança comercial do Brasil – 1986

(em US\$ 1000 milhões)

	Exportação	%	Importação	%
ALADI	2,531	11,3	1,823	12,98
EUA	6,314	28,19	3,227	22,98
COMECON	0,863	3,85	0,399	2,84
CEE	5,880	26,25	3,173	22,59
AELC	0,647	2,89	0,644	4,58
Ásia	2,976	14,34	1,444	10,28
Oriente Médio	1,131	5,05	1,955	13,92
África	0,789	3,52	0,687	4,89
Oceania	0,161	0,72	0,094	0,66
Resto do Mundo	0,659	2,94	0,158	1,12
Total	22,393	100,00	14,044	100,00

Fonte: Banco central do Brasil, Boletim Central, Vol. 23, n.ºs 7 e 8 Jul./Ago. 1987.

Entre 1970 e 1986, as exportações do Brasil cresceram de 2,7 para 22,3 bilhões de dólares. As importações que habitualmente, desde a 1ª Guerra Mundial, alcançavam valores próximos do total exportado, foram contidas a partir de 1982. Neste ano o Governo empenhou-se em gerar saldos crescentes na balança comercial para satisfazer os compromissos financeiros da dívida externa. Em 1981, as importações brasileiras atingiram 19 bilhões de dólares. Em 1986 representaram elas apenas 14 bilhões de dólares, ou seja, houve uma queda de 35 por cento em cinco anos. Conseguiram-se assim saldos anuais da ordem dos 12 bilhões de dólares, inteiramente absorvidos pelo serviço da dívida externa. O Brasil, pese à contenção das importações, ao aumento da produção nacional de petróleo e à difusão do álcool como combustível, continua apresentando déficits com os países

produtores de petróleo. O mais significativo é com a Arábia Saudita que, em 1986, alcançou o montante de 665 milhões de dólares na balança comercial bilaterais⁸.

Nas últimas décadas o Brasil tem-se empenhado em diversificar seus parceiros e a pauta de suas exportações. Os EUA continuam sendo o principal parceiro comercial do Brasil. Contudo, a percentagem das exportações a eles destinadas caiu de 45 por cento em 1965 para 28 por cento em 1986. Em 1960, América Latina, África e Ásia absorviam menos de cinco por cento das exportações brasileiras. Em 1986 representavam mais de 29 por cento. O comércio Sul-Sul representou mais de 35 por cento do total transaccionado pelo Brasil no mesmo ano⁹. O comércio com o Terceiro Mundo passou de 120 milhões de dólares em 1960 para mais de 13 bilhões de dólares em 1986, se incluído o Oriente Médio¹⁰.

Importante é destacar a deterioração dos índices de relação de troca, o que confere maior valor aos números apresentados pela balança comercial do Brasil e reflecte a séria crise enfrentada há mais de oito anos pelo país. Tomando-se como base 100 o ano de 1977, o índice passa a 65 em 1980 e a 58 em 1984. A deterioração deve-se grandemente ao acréscimo do preço do petróleo importação e, também, à importação de tecnologia e à queda dos preços dos produtos primários exportados¹¹.

Apesar da recessão mundial, inflação generalizada, desequilíbrios financeiros e protecção, entre 1971 e 1986, o comércio exterior do Brasil cresceu 633 por cento, de 6 para 38 bilhões de dólares¹². Contudo, o Brasil exporta, anualmente, menos de um décimo do valor do PIE, proporção substancialmente inferior à de grande parte dos países industrializados ou dos países em desenvolvimento da Ásia. Atingem estes, muitas vezes, percentuais vizinhos dos 30 por cento.

Entre os países em desenvolvimento o Brasil ocupa o primeiro lugar como importador e o oitavo como exportador. Após os EUA, o Brasil é o maior exportador de produtos agrícolas. No período de 1970 a 1986 as vendas brasileiras de manufacturados ascenderam de 614 milhões de dólares para 12,4 bilhões de dólares¹³. O café caiu de 53 por cento do total das exportações do Brasil em 1954 para 20,1 por cento em 1973 e 10,26 por cento em

⁸ Banco Central do Brasil, *Boletim Mensal*, vol. 23, n.ºs 7 e 8, Julho/Agosto 1987.

⁹ Banco Central do Brasil, *Boletim Mensal*, vol. 23, n.ºs 7 e 8, Julho/Agosto 1987.

¹⁰ Id, *ibid.*

¹¹ Banco Central do Brasil, *Relatório Anual*, 1984.

¹² Banco Central do Brasil, *Boletim Mensal*, vol. 23, n.ºs 7 e 8 Julho/Agosto 1987.

¹³ Banco Central do Brasil, *Boletim Mensal*, vol. 23, n.ºs 7 e 8 Julho/Agosto 1987.

1985¹⁴. Nesse mesmo ano, a soja representou 9,9 por cento do total exportado¹⁵. Em 1985 as proporções correspondentes ao valor das exportações foram as seguintes: 33,28 por cento para produtos básicos; 10,7 por cento para semi-manufacturados; 54,8 por cento para manufacturados de um por cento para operações especiais.

Os dados seguintes relacionam o montante da dívida externa brasileira com o PIB, as reservas monetárias e as exportações do país.

O quadro económico actual do mundo é sombrio. Entre 1945 e 1970 os aumentos dos níveis de preços eram moderados; as taxas de câmbio mais estáveis, a oferta de emprego mais ampla. Nas décadas de 1960 e 1970 houve expansão média de sete por cento do comércio internacional. Em 1980 o aumento foi de apenas 1.5 por cento. Se em 1978 o crescimento económico dos países desenvolvidos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) foi de quase quatro por cento, em 1981 ele baixou para 1,2 por cento atingindo, em 1986, 3,5 por cento. O desemprego, porém, aumentou exponencialmente da média de cinco por cento nas décadas anteriores, para 12 por cento na de 1980, alcançando, em vários países europeus, taxas superiores aos 20 por cento.

Quadro 3. Dívida Externa Consolidada

Ano	Dívida (em US\$ biliões)	Participação no PIB (%)
1964	3,1	24,9
1969	4,4	14,4
1973	12,6	15,4
1981	61,4	22,9
1983	81,3	33,6
1985	95,8	43,2

Fonte: Banco Central do Brasil. *Boletim Mensal*, Vol. 23. n.ºs 7 e 8. Jul./Ago. 1987. p. 433.

¹⁴ Id., *ibid.*

¹⁵ Id., *ibid.*

Quadro 4. Dívida, Exportações e Reservas

(em US\$ 1000 milhões)

	Dívida	Reservas	Exportações
1964	3,1	0,244	1,4
1973	12,6	6,4	6,1
1981	61,4	7,5	23,33
1986	100,9	5,9	22,3
Crescimento no período	3254,8%	2418,03%	1592,85%

Fonte: id., *ibid.*

Nos 25 anos seguintes ao término da Segunda Guerra Mundial o sistema bancário internacional particularmente financiou, em grande parte, a expansão industrial do Terceiro Mundo. Muitas empresas evitando a intensa mobilização social dos países de mão-de-obra barata investiram consideráveis recursos em países de mão-de-obra barata. A partir de 1973 a crise do petróleo e a desestabilização do sistema monetário fundamentado no dólar provocaram grandes desequilíbrios. Anteriormente a reciclagem da dívida externa se operava como correção de um desequilíbrio transitório da balança comercial. No caso do Brasil e de vários países do Terceiro Mundo este desequilíbrio se tornou estrutural. Só os juros das dívidas externas absorvem anualmente, muitas vezes, de 30 a 60 por cento do valor das exportações. Em 1985, por exemplo, o serviço da dívida externa brasileira absorveu 38 por cento do total das exportações¹⁶. Provocou assim a necessidade de tomar novos empréstimos para manter os pagamentos em dia. A tendência de aumento das importações, há muito comprimidas embora necessárias para manter competitivo o parque industrial, as dificuldades das exportações em razão inclusive do proteccionismo, sobretudo de países do Primeiro Mundo, causaram a crise brasileira de 1987. É, portanto, imperiosa a implantação de um novo modelo financeiro internacional através de decisões políticas apropriadas.

¹⁶ Banco Central do Brasil. *Boletim Mensal*. vol. 23, n.ºs 7 e 8. Julho/Agosto 1987.

Dimensões gerais da política externa

Algumas dimensões importantes da política externa do Brasil são consequências da sua condição assumida de país latino-americano, atlântico, lusófono, plurirracial, cristão, ocidental e em desenvolvimento. Talvez a principal característica do Brasil seja a da diversidade, multiplicidade e polivalência de suas dimensões. Vale salientar também a presença actuante de Brasília nas Nações Unidas e em organismos regionais como a OEA, BID, SELA, ALADI, o Tratado da Bacia de Prata e o Tratado de Cooperação Amazónica. Na OEA, o Presidente Juscelino Kubitschek iniciou em 1958 a Operação Pan-Americana (OPA). Nela surgiu o Comité dos 21 incumbidos de estimular a cooperação económica entre os países membros. Grande também foi o apoio do Brasil à criação da Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana (CECLA) e à Comissão das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e ao SELA¹⁷.

Nos discursos presidenciais e dos chanceleres brasileiros, assim como em declarações ou comunicados conjuntos com autoridades de outros países, há frequentes menções dos princípios e normas da política externa do Itamaraty. Muitos deles encontram-se em documentos internacionais como as Cartas da ONU e da OEA. São exemplos: autodeterminação dos povos, não intervenção, condenação do uso da força ou da ameaça do seu emprego nas relações internacionais, solução pacífica das controvérsias, fiel cumprimento dos tratados, implementação de boa fé nas obrigações internacionais livremente assumidas, respeito à soberania dos países, segurança colectiva inclusive económica; igualdade das nações, rejeição de hegemonia própria ou alheia, assim como de qualquer forma de interdependência vertical.

A Chancelaria brasileira procura evitar os extremos de fórmulas gerais e acabadas e dos casuísmos inconsistentes. Afirma-se a possível compatibilização dos interesses das nações. Dentro dos princípios gerais buscam-se acordos concretos, viáveis e mutuamente benéficos para as partes. Advoga-se o respeito pleno à individualidade dos parceiros e a compreensão de suas realidades específicas. Nega-se, na análise de problemas alheios, qualquer pretensão de juiz ou mestre.

Rejeita-se a visão da política internacional como um jogo de poder. Não se preconizam formas abstractas de equilíbrio, constituição de blocos, confrontações ou reducionismos ideológicos. Não se aceita uma correlação necessária entre maior poder e maior soberania e

¹⁷ TRINDADE, António Augusto Cançado. «Posições Internacionais do Brasil no Plano Multilateral», *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 52:147-219, Jan. 1981.

moderação. Atribuem-se as ameaças à paz internacional particularmente à corrida armamentista, à persistência das desigualdades económicas, ao enraizamento das crises regionais e à fragilidade dos mecanismos incumbidos de superar as dificuldades¹⁸.

A condenação do congelamento do poder, a busca de uma nova ordem internacional e um moderado optimismo a respeito, aparecem nos pronunciamentos dos chanceleres brasileiros. Exemplo disso foi o discurso do então chanceler Saraiva Guerreiro em 30 de Novembro de 1981:

«O Brasil acredita que as estruturas do sistema internacional podem ser transformadas apesar de serem relativamente rígidas... Na verdade dois processos correm paralelos. De um lado a politização do imobilismo, ou seja, a resistência aos processos de mudança, resistência definida politicamente pela vontade e deliberação política. De outro, as tentativas de mudança. (...) O sistema internacional está estruturado em termos de hierarquia de poder (...) Essas hierarquias entre as nações traduzem, a curto prazo, vantagens de tipo económico e político. Por isso a superação das dissintonias do sistema internacional não é entendida como uma nova forma de organização do sistema internacional que pode beneficiar a todos mas simplesmente como uma ameaça a posições de poder efectivo, que seriam abaladas pelas transformações»¹⁹.

Em conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra, Saraiva Guerreiro, a 3 de Setembro de 1982 afirmou:

«Na perspectiva brasileira o actual estado crítico da economia internacional, ainda que nefasto, particularmente para as economias em desenvolvimento, é igualmente indesejável para a comunidade internacional em seu conjunto. É a partir dessa visão integrada, e que nos parece racional e realista, que o Brasil firmou a convicção de que a cooperação internacional não é apenas o corolário de abstractos ideais humanitários de solidariedade, mas a inescapável consequência de um diagnóstico global da realidade económica internacional»²⁰.

Manteve a Nova República os postulados fundamentais da política externa do país. Exemplo temos no discurso de posse, a 14 de Fevereiro de 1986 do actual chanceler Abreu Sodré: «(...) Hoje a grande aspiração não está limitada ao conceito jurídico: ela o ultrapassa.

¹⁸ Conferências do ministro de estado das Relações Exteriores, Romiro Saraiva Guerreiro na Escola Superior de Guerra, *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Edição Suplementar, Brasília, MRE, Sel. 1984.

¹⁹ GUERREIRO, Ramiro Saraiva, *Palestra do Chanceler em Londres no Real Instituto de Relações Internacionais* (Chattam House), 30/11/81. Texto mimeografado, p. 5 e 6.

²⁰ *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Brasília, MRE, edição suplementar Setembro 1984, p. 42.

ela reclama, ela exige, em nome de uma diplomacia de liberdade, uma diplomacia de igualdade de oportunidades»²¹. Pouco depois. Abreu Sodré, em discurso pronunciado em 27 de Maio de 1986, por ocasião do dia do diplomata, afirmou: «A posição do Brasil é clara e incontestável: pregamos e praticamos o entendimento igual, franco e aberto, repudiamos as atitudes unilaterais, de força e confrontação.»²²

Não se nega a importância da recuperação das economias do Norte para a reversão do quadro actual de dificuldades. Exige-se porém, um tratamento global e integrado dos principais temas da realidade internacional, inclusive dos problemas económicos que, embora sem repercussões de gravidades distintas, afectam os países do Norte e do Sul. Trecho significativo a esse respeito encontra-se no discurso pronunciado, em 4 de Maio de 1986, pelo presidente José Sarney por ocasião de sua visita a Portugal:

«(...) É do exercício permanente do diálogo e da abertura da negociação entre as partes que surgirão as fórmulas realistas que contemplem e harmonizem os interesses de todos. Os juros exorbitantes e instáveis, o protecçãoismo que fecha os mercados aos produtos competitivos dos países em desenvolvimento (...) são realidades que trabalham contra os interesses colectivos de toda a humanidade. A longo prazo ninguém pode ganhar investindo no atraso, na instabilidade, na fraqueza e na exploração»²³.

Ênfase foi dada pelo primeiro mandatário no discurso pronunciado, em 13 de Maio de 1987, no Itamaraty:

«(...) Lutamos por uma ordem política internacional mais democratizada. E também por uma revisão da actual ordem económica, flagrantemente injusta e prejudicial aos países que lutam por seu desenvolvimento e pelas condições mínimas de bem-estar para seus povos»²⁴.

Na óptica brasileira, o diálogo comporta uma dimensão ideal, que se traduz na busca da equidade entre as nações, mas comporta, igualmente, uma vertente prática, reflectida no esforço de obter benefícios comerciais visíveis e concretos.

²¹ *Resenha de Política Exterior do Brasil, Brasília*, MRE, n.º 48:21, Jan./Fev./Mar. 1986.

²² *Resenha de Política Exterior do Brasil, Brasília*, MRE, n.º 49:86, Abr./Mai./Jun. 1986.

²³ *Resenha de Política Externa do Brasil, Brasília*, MRE, n.º 49:56, Abr./Mai./Jun. 1986.

²⁴ *Resenha de Política Externa do Brasil, Brasília*, MRE, n.º 53:61, Abr./Mai./Jun. 1987.

A dimensão ocidental

Não existe amplo acordo sobre o significado de Ocidente. Considerações de carácter etimológico, geográfico, linguístico, religioso, económico, militar, político, cultural e filosófico podem ajudar a compreender o complexo conceito de Ocidente. Sobre ele escreveram autores tão diversos como Roger Bastide²⁵, Roger Garaudy²⁶, James Fulbright²⁷, Louis Joseph Lebret²⁸, Julián Marias²⁹, Oswald Spengler³⁰ e Arnold Toynbee³¹. No Brasil entre outros, estudaram o tema Golbery do Couto e Silva³² e J. O. de Meira Penna³³.

Tendo o conceito de Ocidente se desvinculado de sua conotação geográfica inicial entende-se como o nazismo se tenha oposto simultaneamente a ele e à ideologia marxista-leninista do Leste Europeu³⁴.

A condição de país ocidental é afirmada reiteradas vezes por líderes e governantes brasileiros. Em razão da natural brevidade de espaço, este trabalho se limita a alguns pronunciamentos mais recentes sobre o tema.

Já em 1958, em clima de guerra fria, em conferência sobre «O Brasil e a Defesa do Ocidente» escreveu Golbery do Couto e Silva: «Pois o único Ocidente que vale como um todo duradouro e coeso, o Ocidente que se pode de facto distinguir. nitidamente, de tantas outras civilizações e culturas, dotado de uma individualidade própria, original e marcadamente característica, é para nós o Ocidente como ideal, o Ocidente como propósito, o Ocidente como Programa... Resumi-lo-emos em seus termos essenciais: A Ciência - como instrumento de acção: a Democracia - como fórmula de organização política; o Cristianismo - como supremo padrão ético de convivência e fraternidade: o

²⁵ *Le Prochain et le Lointain*, Paris, Éditions Cujas, 1970.

²⁶ *O Ocidente é um Acidente*, Rio de Janeiro, Salamandra, 1978.

²⁷ *As Perspectivas do Ocidente*, Rio de Janeiro, Ed. Record, 1964.

²⁸ Suicídio ou Sobrevivência do Ocidente, Problemas Fundamentais de nossa Civilização, São Paulo, Duas Cidades, 1964.

²⁹ *O Ocidente e seus inimigos*, Visão, 14/09/81, p. 70-72: As ameaças ao Ocidente, *Estado de São Paulo*. S.P., 15/11/1981. Suplemento Cultura, n.º 75 p. 5-7.

³⁰ *A Decadência do Ocidente*, Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

³¹ Estudos da História Contemporânea. A Civilização posta a prova. O Mundo e o Ocidente, São Paulo, Companhia Ed. Nacional, 1976.

³² «O Brasil e a Defesa do Ocidente», *Geopolítica do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1967, p.225.

³³ Oriente e Ocidente», *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n.º 19:7-59, Junho 1965.

³⁴ Disse o Fuehrer a um estrangeiro em 9 de Agosto de 1939: «Tudo o que empreende é dirigido contra a Rússia; se o Ocidente é burro e cego demais para entender isso, serei obrigado a me entender com a Rússia, vencer o Ocidente, depois reunir minhas forças e me voltar contra a União Soviética». FEST, Joachim, *Hitler*, Rio, Editora Nova Fronteira, 1976, p. 696.

amplo reconhecimento da dignidade do homem; a plena expansão da personalidade individual: o máximo de bem-estar físico e espiritual para todos; a justiça social e a paz»³⁵.

Mesmo em período de particular aproximação com os Estados Unidos o Presidente Castello Branco distinguiu entre interesses comuns do Ocidente e os específicos de uma grande potência: «Não devemos pautar nossa atitude nem por maquiavelismo matuto, nem por uma política de extorsão. Reciprocamente, não devemos dar adesão prévia às atitudes de qualquer das grandes potências - nem mesmo à potência guardião do mundo ocidental - pois que, na política externa desta, é necessário distinguir os interesses básicos do sistema ocidental dos interesses específicos de uma grande potência»³⁶.

São palavras do ex-chanceler Azevedo da Silveira: perante as Comissões de Relações Exteriores do Senado e da Câmara:

«Os próprios ideais que são o cerne desse conceito filosófico e humanista - que é o do Ocidente - excluem a ideia de monolitismo rígido. O respeito à diversidade de situações e de escolhas é uma das características fundamentais da concepção de vida que, ao longo dos séculos, se foi destilando nestas vastas áreas do planeta, que formam hoje o mundo ocidental. No meu entender, o próprio conceito de Ocidente não é um conceito estático, geográfica ou historicamente. Do ponto de vista geográfico, ele se ampliou consideravelmente e inclui hoje nações que se situam fora dos meridianos que o limitavam, inicialmente à Europa, e, depois, a esta e ao continente americano. Historicamente o Ocidente se embebe de experiências que lhe trazem nações novas. Tais experiências diferentes das que ocorreram em seu território inicial contribuem para o enriquecimento e vitalidade do mundo ocidental. Os padrões de convivência racial desenvolvidos no Novo Mundo, sobretudo em nosso país, representam um factor novo que ilustra essa contribuição»³⁷.

Os países do Primeiro Mundo não serão fiéis aos próprios ideais do Ocidente se tolerarem qualquer forma de colonialismo e se não consentirem em mudanças estruturais da ordem internacional. Cabem aqui duas citações eloquentes do ex-Chanceler Saraiva Guerreiro:

«Numa avaliação de mais longo alcance, o mais expressivo resultado de Cancún talvez tenha sido o de alertar os países do Norte e, muito especialmente, o governo norte-americano, para o facto de que a ideia abstracta da sobrevivência dos valores do Ocidente

³⁵ *Geopolítica do Brasil*, Rio de Janeiro. José Olympio, 1967, 225-226.

³⁶ Discurso de 31/07/64, *Discursos de 1964*, Brasília, Secretaria de Imprensa, s.d., p. 110.

³⁷ *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Brasília, MRE. n.º 10:60, Jul., Ago., Sel. 1976.

deve necessariamente passar pela matéria concreta da transformação de algumas estruturas obsoletas e injustas da economia internacional. Tal transformação deve ser de molde a beneficiar os países do Terceiro Mundo, a consolidar e aperfeiçoar os modelos de cooperação entre o Ocidente desenvolvido e os países em desenvolvimento. É fundamental reforçar os vínculos de confiança entre o Ocidente e o Terceiro Mundo. o que, dadas as realidades do mundo contemporâneo requer maior flexibilidade nos processos de negociações económicas e políticas com o mundo em desenvolvimento»³⁸.

Em entrevista de Novembro de 1981, declarou o mesmo Saraiva Guerreiro:

«Nada pior para o Ocidente do que caracterizar-se em toda a parte como um defensor de certas situações coloniais, ou de hegemonias, etc. ... Não pode haver nada pior a longo prazo. Os possíveis ganhos momentâneos são mais que descompensados pelos efeitos negativos, pelos ressentimentos, pela perda de confiança. É entregar ao Leste, todas as causas bonitas. Inclusive os próprios princípios ocidentais, que são incompatíveis com o colonialismo, com a discriminação racial... São os princípios, comuns aos países ocidentais... liberdade, igualdade, cooperação com vistas ao bem-estar numa base que não anule o indivíduo e, de certa forma, a capacidade de iniciativa. No campo internacional isso deve levar à tolerância com países que, como resultado de sua luta contra o colonialismo, se encaminharam para soluções internas diferentes. O importante é que todos esses acabem adquirindo confiança no Ocidente, vendo que a sua segurança, a sua possibilidade de evolução não só não são postas em risco pelo Ocidente, mas que o Ocidente é quem melhor pode cooperar com eles, respeitando-lhes a personalidade; e é quem mais lhes pode oferecer em termos de desenvolvimento económico, de mercados, de cooperação técnica, e assim por diante»³⁹.

Em conferência de 1982, por ocasião da visita do então presidente Figueiredo aos EUA, afirmou Saraiva Guerreiro:

«Em Washington o Presidente Figueiredo recordou a participação do Brasil na histórica tarefa de construção do Ocidente, mencionando ao mesmo tempo que o nosso país partilha dos problemas, objectivos e aspirações do mundo em desenvolvimento... O Presidente não deixou de assinalar a necessidade de que o Ocidente, no qual os Estados

³⁸ «Os controvertidos resultados de Cancún», *Folha de São Paulo*, 15/11/81. p. 3.

³⁹ Entrevista, *Jornal do Brasil*, 13/09/81, p. 18.

Unidos desempenham papel central, trabalhe com objectividade e consistência para restaurar com o mundo em desenvolvimento vínculos de mútua confiança»⁴⁰.

Reforçando o conceito, o mesmo presidente afirmou em sua mensagem ao Congresso Nacional de 1985: «Pertencemos simultaneamente ao Terceiro Mundo e ao Ocidente»⁴¹.

A Nova República reafirma estas posições, Releve-se, em particular, o discurso pronunciado pelo presidente José Sarney na abertura da 40.^a Assembleia Geral da ONU, onde se lê: «É com esse sentimento do Mundo que falo em nome de uma das maiores nações do globo, complexa e pujante sociedade, a oitava economia do Ocidente, país de contrastes e grandezas: o Brasil dos vários brasis, em que a opulência e a pobreza, o árido e o fértil, a seca e a inundação fazem uma geografia de amostragens opostas, abrigando uma democracia racial e uma unidade de cultura que é a força invencível do seu destino»⁴². Esta ênfase à conotação filosófico-humanística do Ocidente surgirá em outro trecho do mesmo discurso: «Optamos como um todo, em carácter irreversível, pelo trinómio: sociedade aberta, instituições livres, economia dinâmica. É com base nessa tríplice definição democrática que exercitamos o diálogo, procuramos ser a ponte entre o Oriente e o Ocidente, o Norte e o Sul, velhas e novas culturas, regimes e ideologias»⁴³.

Estes e outros discursos patenteiam a rejeição brasileira de duas formas existentes de reducionismo do conceito de Ocidente. Deixando de lado ideais universalistas anteriores, alguns querem equiparar o Ocidente à civilização industrial nas sociedades democráticas e representativas (Europa Ocidental, Estados Unidos, Canadá e até mesmo Japão). Chegam estes a pensar que em razão da escassez de recursos naturais do mundo, do excessivo crescimento demográfico no Sul e das limitações internas numerosas, só um grupo reduzido de países pode compor o Ocidente, ao menos a curto e médio prazo. O outro reducionismo é o dos que equiparam Ocidente e anti-sovietismo, tentando esvaziar de conteúdo próprio um conceito riquíssimo de valores e limitá-los à negação de uma determinada ideologia.

⁴⁰ Conferências do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, na Escola Superior de Guerra. *Resenha de Política Exterior do Brasil*. Edição Suplementar - Setembro de 1984, Brasília, MRE, p. 48.

⁴¹ *Mensagem do Presidente João B. Figueiredo ao Congresso Nacional*, Brasília, 1985, p. 196.

⁴² *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Brasília, MRE, n.º 46:3. Jul., Ago., Set., 1985.

⁴³ Id., *ibid.*, p. 5.

A dimensão latino-americana

Muitos vínculos aproximam o Brasil da América Latina. São exemplos: a proximidade geográfica, passado colonial, idiomas semelhantes, domínio do catolicismo, comum condição de país em desenvolvimento, necessidade de maior mercado e de maior influência nos assuntos internacionais, etc...

No século XVIII foi de grande importância para os países iberoamericanos o Tratado de Madrid, de 1750. O internacionalista Rodrigo Otávio considera-o a Carta Magna da América Latina, por seu espírito de justiça e conciliação. Coube ao brasileiro Alexandre de Gusmão, membro eminente da delegação lusitana, muito mérito, pela sua elaboração. Sentiu ele a singularidade da América, a necessidade de separar os interesses do Brasil das intrigas dinásticas europeias e a urgência de resolver irritantes questões de limites. Neste contexto merece, especial destaque o artigo XXI onde se lê: «sendo a guerra ocasião principal dos abusos e motivos de se alterarem as regras mais bem concertadas querem suas Majestades Fidelíssima e Católica que (o que Deus não permita) se chegasse a romper entre as duas coroas, se mantenham em paz os vassallos de ambos estabelecidos em toda a América Meridional, vivendo uns e outros como se não houvera tal guerra entre os soberanos sem fazer-se a menor hostilidade... a dita continuação de paz perpétua e boa vizinhança não terá lugar somente em Terras e ilhas da América Meridional». A expressão América Meridional na época e ainda na primeira metade do século XIX era usada para designar os territórios do México à Patagónia. Na verdade só na década de 1850 surge o nome América Latina, na pena do colombiano José Maria Torres Caicedo⁴⁴.

Silvestre Pinheiro Ferreira, o último ministro de negócios estrangeiros nomeado no Brasil, por Dom João VI, submeteu, no ano de 1822, às jovens nações do continente, projecto de «Tratado de Cooperação e mútua garantia de Independência».

Simón Bolívar, durante algum tempo, manifestou certa animosidade em relação ao Brasil, em parte por motivo dos vínculos de parentesco e de matrimónio de Dom Pedro I com monarcas absolutistas. Na verdade sua mãe, Carlota Joaquina, era irmã de Fernando VII da Espanha e sua primeira esposa Leopoldina de Habsburgo era filha do Imperador Francisco I da Áustria. Temia o Libertador que Dom Pedro I viesse a unir-se à Santa Aliança na luta contra os independentistas da América Hispânica. A rejeição taxativa por parte de Dom Pedro I da proposta de um comandante espanhol, Sebastião Ramos, em 1825, de anexar ao

⁴⁴ ARDAO, Arturo, *Genesis de la Idea y el Nombre de América Latina*, Caracas, Centro de Estudios Latino-Americanos Rómulo Callegos, 180, p.73.

Brasil o território boliviano de Chiquitos: o conhecimento do texto liberal da Constituição brasileira de 1824 e a eliminação de equívocos contribuíram para que Bolívar, nos seus últimos anos, externasse grande apreço pelo Brasil. Vale acrescentar que o pernambucano José Inácio de Abreu e Lima defendeu o Libertador com a espada e a pena⁴⁵.

Embora aceitasse o convite do presidente em exercício da Grã-Colômbia, Francisco de Paula Santander e até mesmo designasse como seu representante a Teodoro José Biancardi, o Brasil não compareceu ao Congresso Anfictiônico de Panamá de 1826. Adquiriu, porém, e conservou o único exemplar original não desaparecido das actas do evento. Elas estão doadas ao governo do Panamá e deverão ser entregues quando este erguer monumento dedicado à memória do histórico conclave.

As fronteiras do Brasil foram definidas em tratados bilaterais e demarcadas por comissões mistas. Houve em alguns casos a participação de árbitros tais como o presidente dos Estados Unidos Grover Cleveland (questão da zona de Palmas, com a Argentina, em 1895), o presidente da Suíça Walter Hauser (questão do Amapá, com a França em 1900) e o rei da Itália. Vítor Manuel III (questão do Pirara, com a Grã-Bretanha, em 1904). As sentenças foram acatadas e cumpridas pelas partes. Em 6 de Novembro de 1909 o barão do Rio Branco e o dr. Rufino Dominguez assinaram importante Tratado de Limites. Rectificou ele, em benefício do Uruguai, o anterior de 1851. O país vizinho deu o nome do chanceler brasileiro Rio Branco a uma cidade sua na fronteira norte⁴⁶.

⁴⁵ LIMA, Nestor dos Santos. *La Imagen dei Brasil en las Cartas de Bolívar*, Rio de Janeiro, Banco do Brasil. s.d.; ALEIXO, José Carlos Brandi, *Visión y actuación internacional de Simon Bolívar*, Caracas, Comité Ejecutivo dei Bicentenario de Simón Bolívar, 1984.

⁴⁶ Sobre a matéria podem ser consultados entre outros: TEIXEIRA SOARES, *História da Formação das Fronteiras do Brasil*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1973, p. 311-5; Lei do Senado e da Câmara de Representantes da República Oriental do Uruguai de 30 de Agosto de 1915, que determina em seu artigo 2.º «La Villa de artigas del Departamento de Cerro Largo se llamará, desde la promulgación de la presente ley, Villa Rio Branco». (Montevideu, Registro Nacional de Leyes, Decretos, etc. Ago. 1915, p, 625); Mensagem do presidente Claudio Williman lida na 39.ª Sessão Extraordinária de 11 de Novembro de 1909 da Câmara de Deputados do Uruguai. Aí escreve ele: «Convieni declarar lealmente y el país debe saberlo para que pueda fundar el concepto de su reconocimiento - que el actual gobierno de Brasil, representado dignamente en esta obra por el Exmo señor Ministro Barón de Rio Branco, ha encarado y resuelto nuestras aspiraciones de todos los tiempos con un criterio que supera por sua amplitud y elevación, a esos legítimos anhelos de nuestro patriotismo, y que puede traducirse exactamente en esta fórmula sintética: que la cancilleria brasileña, al combinar las cláusulas del Tratado, ha concedido al Uruguay mucho más de lo que nuestra diplomacia demandó en todas las épocas y ha aceptado, mucho menos de lo que esa misma diplomacia ofreció, como compensación, en sus constantes gestiones» (Camara - Montevideu, tomo 202, p. 27); Discurso de deputado Aureliano Rodríguez Larreta de 11 de Novembro de 1909 - Diz ele: «Esta glória, que es gloria para los hombres publicos del Brasil, que han afrontado esta gran obra de justicia, es también gloria grande para el gobierno que preside hoy los destinos de la Republica... Declaro que nunca mi imaginación habia soñado un acto tan notoriamente grande y noblemente generoso, como el que se me expressada llanamente en aquel solemne momento»; Discurso do deputado José Henrique Rodó de 11-11-1909. Diz ele: «No se exagera señor presidente, la importancia de este hecho en la historia del mundo, cuando se afirma que es un hecho sin precedentes... por su nobilissima esontaneidad... por su absoluto desinterés». W. E. LAROCHE, *Estatuaria en el Uruguay*. Montevideu, Palacio Legislativo. 1980. tomo I. p. 159 (Monumento ao Rio Branco em Montevideu) e tomo 11. p. 108 (Bustos do barão de Rio Branco em Rivera e Trinta e Três).

Brasil e Venezuela constituem outro significativo exemplo de definição harmoniosa de fronteiras. Houve inclusive, sem problemas, rectificações ao ensejo da demarcação «in loco» de trechos ao longo dos mais de dois mil km de linha

A assinatura a 19 de Outubro de 1979 do acordo de Cooperação Técnica - operativa para os aproveitamentos hidroeléctricos de Itaipú e Corpus constitui marco importante nas relações do Brasil com a Argentina e o Paraguai. Foi resultado de longas negociações e demonstrou a possibilidade de fórmulas mutuamente satisfatórias para litígios muito complexos.

O Itamaraty deseja a solução pacífica dos pontos de fricção ainda existentes na América Latina. Acompanhou com preocupação o conflito armado de 1982 entre a Argentina e o Reino Unido. Neste caso reiterou o seu reconhecimento, manifestado já em 1833, da soberania de Buenos Aires sobre as Malvinas.

O Brasil considera importante que as superpotências não estendam para a América Latina e particularmente para a América Central seus confrontos ideológicos e militares. Facto ilustrativo é o decidido apoio a uma solução negociada dos conflitos da América Central. O Grupo de Contadora, constituído pela Colômbia, México, Panamá e Venezuela, prega a paz na América Central repudiando as acções de força a quaisquer interferências externas. Por ocasião da posse do presidente Alan García do Peru, os chanceleres da Argentina, Brasil, Peru e Uruguai, constituíram em Lima, em 29 de Julho de 1985, o Grupo de Apoio a Contadora. Desde então, os oito países latino-americanos vêm-se reunindo para contribuir ao processo de pacificação da América Central.

Exemplo nítido do entendimento brasileiro quanto aos problemas da América Central apareceu na «Declaração do Panamá» de 7 de Junho de 1986, por ocasião da reunião dos oito chanceleres do Grupo de Contadora e do Grupo de Apoio, que ficou também conhecido como «Grupo de Lima». Nessa oportunidade os oito chanceleres externaram a sua satisfação pela histórica reunião dos cinco presidentes centro-americanos em Esquipulas, ocorrida em 25 de Maio de 1986. Nela estes chefes de Estado disseram: «a paz na América Central só pode ser fruto de um autêntico processo democrático pluralista e participativo que implique a promoção da justiça social, o respeito aos direitos humanos, a soberania e integridade territorial dos Estados e o direito de todas as nações de determinar livremente e sem ingerências externas de nenhuma classe, seu modelo económico, político

límitrofe. Com razão afirmou o presidente Jaime Lusinchi: «Asi por ejemplo, en materia fronteriza, ambos países hemos sabido encontrar soluciones justas y beneficiosas. No han quedado dudas acerca de la sinceridad de nuestras negociaciones. Y lo más importante, seguimos conversando y actuando cordialmente, con buena disposición y con imaginación serena, siempre con el proposito de dinamizar y hacer más fluida la relación fronteriza» (Un hito en la historia de las relaciones bilaterales, MRE. Boletim - Caracas 111 (8): 4, Out. 1987).

e social, entendendo-se esta determinação como o produto da vontade livremente expressada pelos povos»⁴⁷.

A propósito o chanceler Abreu Sodré afirmou em palestra pronunciada em 27 de Junho de 1986 na Escola Superior de Guerra (ESG): «A crise na América Central muito nos preocupa. (...) Na avaliação brasileira, a crise tem origens estruturais, de fundo económico e social, derivada do próprio processo de evolução política e económica da região. Nossa posição reflecte igualmente a compreensão de que os problemas que actualmente afligem a região são multifacetados e não permitem soluções simples. (...) Achamos que o único caminho para a pacificação é a solução negociada, e que se devem evitar todas as formas de interferência externa. Há que prevenir a internacionalização da disputa, que conduz à polarização ideológica, no quadro do confronto Leste-Oeste, com transferência de tensões globais para a região, risco de soluções de força e bloqueio da acção diplomática.»⁴⁸.

Sobre a América Central são importantes estas palavras do Presidente José Sarney:

«Como membro do Grupo de Apoio, instituído em 1985, o Brasil participou dos entendimentos que resultaram na criação da Comissão Internacional de Verificação e Acompanhamento (CIVA), encarregada de supervisionar o cumprimento do Acordo de Esquipulas II, assinado em Agosto de 1987, na Guatemala, pelos presidentes dos cinco países centro-americanos, e que abriu uma perspectiva de pacificação na área.»⁴⁹.

Apesar dos elos acima mencionados e outros, as economias dos países latino-americanos foram orientadas não no sentido de uma complementação mútua mas para centros dinâmicos extraregionais e particularmente para o Reino Unido e depois Estados Unidos.

Nas últimas décadas, porém, tem crescido o diálogo dos países latino-americanos entre si. O Brasil procura construir sua presença no continente na base da aceitação da diversidade, da adaptação à mudança, da busca do novo, do mútuo reconhecimento em todas as dimensões e sobretudo da comum identidade latino-americana. O intercâmbio comercial, cultural, político e social tem aumentado na região. Em 1964 o Presidente De Gaulle respondeu ao seu colega Eduardo Frei muito haver-lhe impressionado o quão pouco se reuniam os governantes da América Latina em contraste com os numerosos encontros das Autoridades europeias. A situação mudou bastante nos últimos lustros. Os primeiros

⁴⁷ *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Brasília, MRE, n.º 49:97, Abr., Maio., Jun. 1986.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 134.

⁴⁹ SARNEY, José, *Mensagem ao Congresso Nacional*, Brasília, Departamento de Imprensa Nacional. 1988, p. 81.

encontros do presidente do Brasil, com seus colegas da Colômbia e da Venezuela ocorreram respectivamente em 1971 e 1972.

Antigamente os presidentes brasileiros eleitos ou empossados visitavam em primeiro lugar a Europa ou os Estados Unidos. O ex-presidente Figueiredo, porém, iniciou seu programa de viagens ao exterior, com uma visita à Venezuela. Foi ao Uruguai a primeira viagem ao exterior do presidente Sarney.

O advento da Nova República caracterizar-se-ia, no que tange às relações interamericanas, por crescente aproximação histórica do Brasil com a Argentina e posteriormente com o Uruguai. Isto se deveu em grande parte à existência dos governos civis nos três países empenhados na maior cooperação entre si. Em Dezembro de 1984 o presidente eleito Tancredo Neves visitou a Argentina. Foi recebido com honras de Chefe de Estado, uma cortesia muito significativa no protocolo da chancelaria argentina. A morte de Tancredo não interrompeu o processo de crescente aproximação. A 20 de Maio de 1985, o chanceler Olavo Setúbal foi a Buenos Aires estabelecer as bases dos grandes acordos bilaterais que depois seriam revelados. O primeiro encontro entre Sarney e Alfonsín deu-se em Novembro de 1985, por ocasião da inauguração da ponte internacional entre Porto Meira e Puerto Iguazú. Por elegante iniciativa de Buenos Aires, recebeu ela o nome de Tancredo Neves. A Declaração de Uguacu, de ambos os presidentes, assentou as bases de uma união aduaneira entre o Brasil e a Argentina e constituiu passo importante na direcção de um futuro mercado comum latino-americano.

O Uruguai associou-se logo ao Brasil e à Argentina. Sarney visitou Montevideu de 12 a 14 de Agosto de 1985 e com o presidente Sanguinetti firmou acordos de intercâmbio comercial, tecnológico e cultural. Sarney foi também a Buenos Aires de 28 a 30 de Julho de 1986, assinando, junto com Alfonsín e Sanguinetti, 12 acordos tripartites. A 12 de Dezembro do mesmo ano, em Brasília, os presidentes assinaram mais 20 actos tripartites, complementando os anteriores. Não faltou novo apoio à soberania argentina sobre as ilhas Malvinas. Registe-se ainda a visita de Sarney a Buenos Aires em Julho de 1987. Foram então assinados importantes anexos aos protocolos anteriores, que tornaram mais próxima, a nível institucional, uma integração efectiva do Cone Sul. Fora os protocolos sobre Cooperação Cultural e Administração Pública foi também criada a moeda comum «gaucho» destinada a facilitar a integração económica pela não indexação do comércio entre os três países às moedas fortes de que eles carecem. Destaque-se outrossim a abertura argentina, por ocasião da visita presidencial das secretas instalações nucleares dos Andes, contribuindo para maior confiança mútua. Por sua vez o presidente Sarney, na presença do

primeiro mandatário argentino, Raul Alfonsín inaugurou mais tarde a usina de Aramar. Nela se programa fabricar o motor nuclear do futuro submarino atômico brasileiro⁵⁰.

Em Maio de 1964 o Governo de Castelo Branco rompeu relações diplomáticas com Cuba. Após meses de negociações e superadas resistências internas, e apesar de manifestações em sentido contrário por parte dos Estados Unidos, o embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, secretário geral do Itamaraty e o vice-chanceler cubano José Raul Viera Linares, assinaram em Paris, a 14 de Junho de 1986 nota sobre reestabelecimento de relações diplomáticas. Em conformidade com ela o reatamento ocorreu no dia 25 de Junho seguinte. O presidente Sarney designou para representar o Brasil o embaixador Ítalo Zappa que chefiou anteriormente as embaixadas em Maputo e Pequim. O presidente Fidel Castro confiou a missão cubana em Brasília ao vice-ministro das Relações Exteriores Jorge Bolaños Suárez. Removeu-se assim importante resquício de guerra fria, nas relações exteriores do Brasil.

Por ocasião do encontro, na cidade mexicana de Acapulco, dos oito primeiros mandatários latino-americanos componentes do Grupo do Rio de Janeiro (Contadora e Apoio), em 30 de Novembro de 1987, coube ao presidente José Sarney anunciar à Imprensa a existência do consenso de todos em favor do retorno de Cuba ao sistema inter-americano⁵¹.

Em 1987, o chanceler Abreu Sodré foi recebido na Venezuela, Peru, Colômbia e Paraguai. Neste mesmo ano o presidente da República esteve no Peru, no México, na Venezuela, em Trinidad e Tobago e na Costa Rica. Multiplicam-se não apenas os encontros presidenciais bilaterais mas também os multilaterais. Particular relevo deve ser atribuído ao Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política, instituído pelo chamado Grupo do Rio de Janeiro ou Grupo dos Oito. É ele a soma do Grupo de Contadora (Colômbia, México, Panamá e Venezuela) e de Apoio ou de Lima (Argentina, Brasil, Peru, Uruguai). Os oito chefes de Estado destes países reunidos no México, nos últimos dias de Novembro de 1987, assinaram o «Compromisso de Acapulco para a Paz, o Desenvolvimento e a Democracia». A propósito escreveu o Presidente Sarney: «com sua contribuição para o êxito dessa iniciativa, o Brasil reforçou consideravelmente a prioridade latino-americana de

⁵⁰ A este propósito cabem aqui as seguintes palavras do presidente Sarney: «Isso (a corrida nuclear) nós acabamos no momento em que o presidente Raul Alfonsín me leva para visitar Pilcaniveu e eu o levo para visitar Iperó, no momento em que o Brasil torna público o seu programa nuclear». BRISOLA, Dirceu. *A nova face da diplomacia brasileira*. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 1-12-1987, p.1.

⁵¹ Idem. *Ibidem*. A VIII Reunião de Consulta, realizada em Punta del Este, em Janeiro de 1962, excluiu o então governo de Cuba da Organização dos Estados Americanos. Há grande bibliografia sobre a matéria. Esta decisão foi duramente criticada pelo emb. Teixeira Soares no seu livro *O Brasil no Conflito internacional Global 1937-1979*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1980, p. 153-4.

sua política externa, consolidando seus laços de aproximação e confiança com as nações do continente»⁵².

A dimensão terceiro- mundista - o diálogo norte-sul

O mundo pode ser dividido conforme critérios muito variados. Em 1956 o demógrafo francês Alfred Sauvy publicou seu trabalho «Tiers Monde: sous développement et développement». Pensou-se na analogia entre o Terceiro Estado, que era o derradeiro no plano económico, político e social entre os três Estados gerais franceses antes de 1789 e o grupo de nações cujo núcleo inicial se reuniu na Indonésia, em Bandung, em 1955. O Terceiro Estado era o mais numeroso e o menos poderoso no «ancien régime». O Terceiro Mundo é o mais numeroso e o menos poderoso na terra. «Grosso modo», constituem hoje o Primeiro Mundo os países industrializados do Ocidente e formam o Segundo Mundo os países industrializados do Leste Europeu⁵³.

O Brasil não vê nenhuma incompatibilidade em pertencer simultaneamente ao Ocidente e ao Terceiro Mundo. Pertence ao Ocidente por livre opção, por aceitar seus valores filosóficos e humanísticos. Integra o Terceiro Mundo por sua condição de país em desenvolvimento onde há lacunas significativas nos campos da alimentação, moradia, saúde, alfabetização, tecnologia, distribuição de renda entre as pessoas e entre as regiões, etc.

Há naturalmente diferenças entre os países do Terceiro Mundo. São exemplos: o grupo de países exportadores de petróleo (OPEP); o grupo dos países recentemente industrializados (NIC ou «New Industrialized Countries»); o grupo dos países de menor desenvolvimento (LDC ou «Less Developed Countries»). Alguns sectores do Primeiro Mundo enfatizam estas diferenças no intuito de negociar separada e mais vantajosamente com os diversos grupos. Neste contexto o Brasil tem preconizado a necessidade de coesão de todos os componentes do Terceiro Mundo.

São oportunas as palavras do embaixador Flecha de Lima:

«O Brasil não se deixará enganar pelos rótulos de país «recentemente industrializado» ou de país em desenvolvimento «avançado», rótulos cujo objectivo é simplesmente o de nos

⁵² SARNEY, José, *Mensagem ao Congresso Nacional*, Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1988, p. 80.

⁵³ De acordo com a China há a seguinte tríplice divisão: Primeiro Mundo (Duas Super-potências); Segundo Mundo (Países desenvolvidos), Terceiro Mundo (demais países inclusive a China).

separar dos demais países do Sul, e assim, com aparente legitimidade, nos negar os benefícios de cooperação internacional»⁵⁴.

Na ONU, o então presidente Figueiredo ressaltou a importância da coesão do Terceiro Mundo:

«Quanto ao Sul, é chegado o momento de darmos expressão efectiva à coesão que temos sabido preservar para além das dificuldades externas e diferenças internas. É necessário caminhar para a implantação de uma interdependência verdadeiramente solidária entre a América Latina, a África e a Ásia. Devemos deixar claro - por nossas acções como por nossas palavras que a diversidade do Terceiro Mundo encerra insuspeitadas oportunidades de complementaridade económica, e é factor de união, não massa de manobra para iniciativas - que visam a desfazer ao mesmo tempo a coesão do Terceiro Mundo, a cooperação internacional para o desenvolvimento e diálogo Norte-Sul»⁵⁵.

O Sul não pode esperar uma prévia recuperação do Norte. A recuperação deve ser de todos. Disse, já em 1982, o então chanceler Saraiva Guerreiro:

«Se estamos plenamente conscientes da importância da recuperação das economias dos países industrializados para o surgimento da economia internacional não concordamos com a ideia de que esse fenómeno isolado - a recuperação das economias centrais - seja a única saída para a situação da crise em que nos encontramos, nem que os países em desenvolvimento devam pacientemente esperar até que os benefícios da recuperação nos países desenvolvidos eventualmente venham a atingi-los. Não concordamos ainda, com a tese de que as forças do mercado, por si só, serão capazes de promover a recuperação económica, primeiramente a nível nacional, e em seguida em consequência, a nível universal»⁵⁶.

E, no discurso pronunciado na ONU acima mencionado, afirmou o ex-presidente Figueiredo:

«Os interesses do Norte e do Sul não são contraditórios. Na verdade, não há uma crise entre o Norte e o Sul, mas uma crise profunda do próprio sistema económico internacional. É a mesma crise que afecta a ambos, a situação terrivelmente adversa e da

⁵⁴ FLECHA DE LIMA, Paulo Tarso, «Comércio Exterior do Brasil», *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n.º 54:22-23, Jan. 1982.

⁵⁵ *Estado de São Paulo*, 28/09/82, p. 6.

⁵⁶ *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Brasília, MRE, edição suplementar, Set. 1984, p. 44-5.

qual só sairão pelo caminho do entendimento e da solidariedade, nunca pelo retorno à acrimónia e à confrontação»⁵⁷.

O Brasil continuou, na fase de redemocratização, mantendo e ampliando sua postura crítica a respeito do actual sistema financeiro internacional e da necessidade da superação do confronto Leste-Oeste nas relações internacionais e sua substituição pelo diálogo Norte-Sul.

Exemplo disso encontramos no já mencionado discurso do chanceler Abreu Socré proferido na ESG em 27 de Junho de 1986: «O chamado eixo Leste-Oeste não consegue hoje, a rigor; senão expressar relações de tipo estratégico-militar entre os EUA e a OTAN, de um lado, a União Soviética e o Pacto de Varsóvia, de outro. As próprias relações CEE/EUA, CEE/COMECON, já escapam ao modelo vigente no nível estratégico. Que dizer então do eixo Norte-Sul, que define diferente nível de discrepância de interesses, no terreno económico sobretudo?»⁵⁸

E mais adiante: «Com tais objectivos, tem o Itamaraty: (I) denunciado nos foros internacionais a ausência de progresso no diálogo Norte-Sul; (II) manifestado a inconformidade brasileira ante o proteccionismo das nações industrializadas; (III) propugnado por um tratamento político da questão da dívida externa que reflita a co-responsabilidade de devedores e credores; (IV) expressado nossa convicção de que a satisfação de obrigações financeiras internacionais requer nosso crescimento económico e justa participação do país no comércio internacional; (V) rejeitado a noção de que saldos comerciais devem ser motivo para uma «mauvaise conscience...»⁵⁹

Por ocasião da Reunião do GATT em Punta del Este, em Setembro de 1986, o Brasil promoveu uma postura comum do Grupo dos 14. Conjuntamente com a Índia, destacado membro do Terceiro Mundo, obteve êxito em impedir que o projecto dos EUA, de «graduar» os países em desenvolvimento, em clara manobra divisionista, prosperasse. No mesmo mês de Setembro daquele ano o chanceler Sodré, por ocasião da reunião ministerial do Grupo dos 77 em Nova Iorque, pronunciou importante discurso onde recapitulou as grandes linhas da política externa do Brasil e apelou para um maior intercâmbio Sul-Sul. Enfatizou ele: «o Brasil confia em que o consenso obtido em Punta del Este sirva como

⁵⁷ Estado de São Paulo, 28-09-82, p. 6.

⁵⁸ *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Brasília. MRE, n.º 49:128, Abr., Maio, Jun. 1986.

⁵⁹ *Idem. Ibidem*, p. 130-l

ponto de partida para negociações proveitosas a todos os membros da comunidade internacional»⁶⁰.

Outra iniciativa nesse campo foi anunciada pelo presidente José Sarney em discurso pronunciado a 13 de Maio de 1967 no Palácio do Itamaraty: «(...) A primazia que o Brasil concede às relações Sul-Sul levou-me a decidir estabelecer, a curtíssimo prazo, a Agência Brasileira de Cooperação-ABC. Esta instituição, que deverá funcionar no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, buscará dar melhor operacionalidade e rapidez às nossas acções de cooperação técnica, coordenando adequadamente esforços e definindo actividades e projectos de cooperação internacional prestada por instituições brasileiras»⁶¹.

A dimensão afro-asiática

É sumamente importante a presença da África negra na composição étnica, na história e na cultura do Brasil. Também merece destaque, embora em proporções muito menores, a presença do Brasil no Continente Negro. Há na África Ocidental, particularmente na Nigéria, no Benin, no Togo e em Gana, comunidades de descendentes de negros que, após muitos anos de residência no Brasil, cruzaram o Oceano Atlântico. Valha o exemplo de Silvanos Olympio, prócer da independência do Togo e seu primeiro Presidente. Era ele de origem brasileira⁶².

Cabe ressaltar, porém, uma diferença na evolução histórica do Novo Mundo, Brasil inclusive e da África. No século XIX com a saída das autoridades europeias o poder político passou a seus descendentes. No século XX com a retirada dos europeus, o poder político passou aos descendentes dos africanos que ali habitavam no início da colonização.

Até à década de 1950, grande parte do relacionamento do Brasil com a África se fez através das metrópoles europeias. Após a Segunda Guerra Mundial cresceram na África e na Ásia os movimentos nacionalistas. A Assembleia Geral da ONU aprovou pela Resolução 1514 (XV) de 14 de Dezembro de 1960 a «Declaração sobre a Outorga da Independência aos Países e aos Povos Coloniais». Nela se proclama solenemente a necessidade de pôr rápida e incondicionalmente fim ao colonialismo, sob todas as suas formas e em todas as suas manifestações. A resolução contou com o definido apoio do Brasil. No ano seguinte o novo presidente Jânio Quadros empenhou-se em multiplicar os vínculos com a África e

⁶⁰ *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Brasília. MRE, n.º 50:87, Jul, Ago., Set. 1986.

⁶¹ *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Brasília, MRE. n.º 53:63. Abr., Maio, Jun. 1987.

⁶² CASTRO, Therezinha de - *África*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1981, p. 191.

deu a conhecer a Lisboa a simpatia do Brasil pela emancipação dos territórios portugueses ultramarinos. Em 1972 o chanceler Mário Gibson Barbosa, visitou Costa do Marfim, Senegal, Ghana, Togo, Benin, Zaire, Gabão, Camarões e Nigéria. Seus sucessores Azeredo da Silveira e Saraiva Guerreiro já cruzaram o mesmo Atlântico em viagens oficiais a diversos vizinhos do além-mar. Ministros de outras pastas e frequentes missões comerciais têm incluído a África em seus programas de contactos com o exterior. Brasília, sobretudo nos últimos dez anos, acolheu vários chefes de Estado e de Governo assim como numerosos ministros da África.

A política do Brasil com relação a África inspira-se nos princípios gerais da diplomacia do país mencionados anteriormente. O Brasil e os países africanos condenam hegemonias e paternalismos e qualquer forma de neo-colonialismo. Negam-se a ser instrumentos das super-potências. O Brasil procura estar presente na África na medida em que seus países assim o desejem. Advoga-se um Atlântico Sul aberto ao intercâmbio pacífico em todos os campos.

Apesar da condição comum de países em desenvolvimento, há certa complementariedade nas economias. O Brasil pode importar metais não ferrosos, petróleo, fosfato, certas madeiras tropicais, etc. O continente vizinho pode receber manufacturas, serviços diversos, alguns alimentos, etc. Há também campo para operações triangulares. É exemplo o projecto brasileiro de prestação de serviços no sector do carvão de Moçambique, financiado por fundos da OPEP. Importante também o mais recente projecto tripartite, com participação da União Soviética, para construção, junto com o Brasil, da usina hidroeléctrica de Capanda em Angola, através da constituição de uma empresa mista.

O ex-chanceler Saraiva Guerreiro declarou neste contexto:

«O Brasil fornece serviços de engenharia e consultoria facilmente adaptáveis à África. A cooperação também se desenvolve na formação de técnicos, no treinamento de qualificação média, no planeamento de sistemas de ensino, etc. As empresas brasileiras instaladas na África adaptam-se com grande facilidade e adquirem experiências importantes para o Brasil. Tais contactos são positivos para ambos os lados.

O total de intercâmbio passou, de 1979 para 1980, de cerca de 700 milhões de dólares para mais de 1 bilião e 400 milhões, ou seja, duplicou em um ano»⁶³. As exportações do Brasil para o continente africano aumentaram no período de Janeiro a Setembro de 1981 em mais

⁶³ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. Entrevista do chanceler. *Folha de São Paulo*, 13/09/81. p. 3 (Folhetim).

de 50 por cento em comparação com o ano anterior⁶⁴. Posteriormente declinaram de forma acentuada, em decorrência da crise económica que afectou os países do Terceiro Mundo. Inclusive nos países onde o Brasil tinha importante participação no comércio exterior, como na Nigéria, o comércio bilateral reduziu-se em mais de 50 por cento entre 1981 e 1986. Os países exportadores de petróleo, com efeito, também se ressentiram da alta dos juros internacionais e da queda do preço do óleo cru.

No discurso de 27 de Setembro de 1982 na Assembleia Geral da ONU o presidente João Figueiredo renovou as críticas do Brasil à actuação da África do Sul embora sem citar expressamente o seu nome:

«Também na África Austral persistem focos de tensão gerados pela ocupação na Namíbia e por sucessivos actos de agressão a países independentes, notadamente Angola. O Brasil não pode deixar de condenar igualmente a discriminação racial, em particular suas formas institucionalizadas, que ameaçam a própria paz internacional»⁶⁵.

Em Novembro de 1983 o mesmo chefe de Estado, visitou cinco países africanos: Nigéria, Guiné-Bissau, Senegal, Argélia e Cabo-Verde.

O actual Governo do Brasil tem utilizado termos muito duros contra o regime do *apartheid*. No já referido discurso do presidente Sarney na ONU, de 23 de Setembro de 1985, as referências ao regime de Pretória classificado como «intolerável e odioso» provocaram a saída do recinto da Assembleia Geral do delegado sul-africano. Prosseguiu Sarney condenando o apoio dado pelos Estados Unidos e pela África do Sul aos grupos guerrilheiros que actuam em Angola e Moçambique: «(...) Somos paladinos do princípio de autodeterminação dos povos e do dever de não-intervenção, da solução pacífica de controvérsias, da distensão nas relações Leste-Oeste, refratários ao antagonismo agudo da política de blocos, defensores do primado da negociação sobre as perigosas demonstrações de força»⁶⁶.

Ainda mais clara foi a mensagem de Sarney, lida pelo chanceler Sodré por ocasião do «Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial», em 21 de Março de 1986. Cabe destacar: «(...) Causa-nos repulsa ainda maior a existência de um regime que, para consternação da comunidade internacional, insiste em desafiar o próprio movimento da história e continua a organizar institucionalmente a vida de uma Nação a partir de critérios

⁶⁴ GUERREIRO, Ramiro Saraiva. «Diálogo de Confiança e Amizade». *Afrochamber*, Jan., Fev. 1982, p. 5.

⁶⁵ *Estado de São Paulo*, 28/09/82, p. 6.

⁶⁶ *Resenha de Política Exterior do Brasil*. Brasília. MRE, n.º46:51. Jul, Ago., Set. 1985.

infundados de superioridade racial que conduzem à segregação característica do odioso regime do *apartheid*. Para marcar a clareza de sua posição, o Governo brasileiro, em Agosto passado, através do decreto 91 524, tomou medidas restritivas no relacionamento com a África do Sul, tais como a proibição de exportação de armas e material correlato, de petróleo e derivados, e a imposição de embargo ao intercâmbio cultural, artístico e desportivo»⁶⁷.

Por ocasião da visita do presidente Sarney a Portugal, proferiu ele, a 4 de Maio de 1986, discurso no banquete oferecido pelo presidente de Portugal, Mário Soares, no Palácio da Ajuda. Aí reiterou: «Causam-nos especial preocupação as graves condições que o povo de Angola enfrenta na luta para consolidar-se como nação... Enquanto não cessarem as agressões a Angola e as ingerências externas no apoio às forças irregulares que operam no país; enquanto não se processar a independência inadiável da Namíbia; enquanto não se eliminar de vez o doloroso estigma do *apartheid* da África Austral, essa imensa região permanecerá à mercê de grave instabilidade (...)»⁶⁸.

Em Novembro de 1986 o ministro Abreu Sodré visitou Angola, Zâmbia, Zimbabué, Nigéria e Camarões. Na cidade de Harare o chanceler reuniu-se com os chefes de missões brasileiras junto com os países da África Austral.

Visitaram o Brasil em 1987 os Presidentes do Zaire e de Cabo Verde, os chanceleres da Costa do Marfim e do Benim, o presidente da Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO) e o bispo anglicano da África do Sul, Desmond Tutu, Prémio Nobel da Paz.

Nos últimos anos foram iniciadas linhas de navegação, bem como criadas duas linhas aéreas, para Lagos e Luanda, esta última já em 1981.

No começo de 1988 havia 21 embaixadas do Brasil na África e 14 de países deste continente em Brasília. O Brasil mantém relações diplomáticas com 42 países africanos.

A população de origem árabe é muito expressiva. A influência árabe chegou ao Brasil através de Portugal onde viveram os maometanos durante vários séculos. Ela está presente no vocabulário, nos costumes e na cultura em geral.

Terminada a segunda guerra mundial, em 29 de Novembro de 1947 o Brasil votou a favor da Resolução 181 que previa a partição da Palestina em dois Estados (um árabe e outro judeu) e a criação de um «corpus separatum» para Jerusalém e algumas áreas circunvizinhas.

⁶⁷ *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Brasília, MRE, n.º 48:41, Jan., Fev., Mar. 1986.

⁶⁸ *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Brasília, MRE, n.º 49:5, Abr., Maio, Jun. 1986.

O Itamaraty apoiou a Resolução 242, de 22 de Novembro de 1967, do Conselho de Segurança da ONU. Ela enfatiza a inadmissibilidade da aquisição de territórios pela guerra⁶⁹ e exige a retirada de Israel dos Territórios ocupados em recente conflito. O Brasil reconhece a Organização da Libertação da Palestina (OLP) como legítima representante do povo palestino.

A visita do presidente da Argélia, Chadli Benjedid, de 13 a 15 de Outubro de 1986, constituiu evento muito importante para as relações entre o Brasil e o mundo árabe. Por ocasião do jantar oferecido ao procer argelino, no Itamaraty, disse o Presidente José Sarney:

«O Brasil acompanha com agrado a actuação efectiva da Argélia como factor de equilíbrio e moderação no contexto internacional. Não é outra a conduta que temos procurado manter e isso, naturalmente, cria um espaço apreciável em que ambos os países podem somar esforços em favor da paz e do desenvolvimento do mundo»⁷⁰. O comunicado final recapitulava a posição brasileira em relação ao Terceiro Mundo: repúdio ao *apartheid*, solidariedade a Contadora, apoio à independência da Namíbia conforme a Resolução 435/1978 da ONU e a independência do Saara Ocidental de acordo com a resolução 40/50 da ONU. Houve destaque para o apoio recíproco às respectivas iniciativas de estabelecimento, no quadro da ONU, de zonas de paz e cooperação no Atlântico Sul e no Mediterrâneo. O Brasil, não obstante, mantém postura discreta no movimento dos Não-Alinhados, do qual participa como observador.

A partir de 1908 o Brasil acolheu milhares de imigrantes japoneses. Seus descendentes ultrapassaram o milhão. Ocupam lugar importante na economia do país. O comércio com o Japão é muito grande, sobretudo tendo em conta a distância geográfica. Há também muito capital japonês no país. O Japão, conforme já se disse, é o terceiro investidor estrangeiro no Brasil, com perto de três biliões de dólares investidos directamente. Nos últimos anos, mesmo coincidindo com séria crise económica no país, os investimentos japoneses prosseguiram, em particular, projectos agro-industriais para aproveitamento do cerrado brasileiro. De 24 a 27 de Maio de 1984 o presidente João Figueiredo visitou oficialmente o Japão em 1974 foram reatadas, com pompa e circunstância, as relações diplomáticas entre Brasília e Pequim em clima de cordialidade. Desde então, tem havido numerosas visitas de autoridades brasileiras à China e vice-versa.

⁶⁹ O parágrafo único do art. 7.º da Constituição do Brasil de 1967 assim reza: «É vedada a guerra de conquista».

⁷⁰ *Resenha de Política Exterior do Brasil*. Brasília, MRE, n.º 81:9, Out., Nov., Dez. 1986.

Nos dias 28 e 29 de Maio de 1984, o presidente João Figueiredo visitou oficialmente a República Popular da China. No ano seguinte o Brasil recebeu a visita do primeiro-ministro chinês Zhao Ziyang. Com ela cresceram os vínculos entre os dois países. Fomentou ela maior intercâmbio cultural, particularmente entre instituições universitárias. Há muitas coincidências entre as posições políticas de Brasília e Pequim manifestadas frequentemente nos foros internacionais. Ambos os governos condenam os abusos de poder económico no cenário mundial. Ambos trabalham no sentido de maior cooperação em patamares bem mais expressivos. O potencial para maior intercâmbio comercial, científico e comercial é enorme.

De 4 a 9 de Julho de 1988 o presidente José Sarney acompanhado de vários ministros visitou a República Popular da China. No dia 6 os chanceleres Roberto Abreu de Sodr e e Qian Qicheu assinaram oito importantes acordos sobre: sat elites e usinas: hidroeléctrica; tecnologia industrial: transportes; medicina; endemias; vistos; e ampliação do pessoal nos consulados de Xangai e São Paulo. Pelo primeiro dos acordos prevê-se a construção e lançamento de dois sat elites em 1992.

A dimensão lusófona

Os portugueses levaram sua língua a todos os continentes do Mundo. Em 1822, com a independência do Brasil, surgiu o segundo Estado lusófono. Lisboa a Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX assinaram numerosos acordos comerciais, econ micos, sociais e culturais. Nos anos de 1974 e 1975 surgiram na África cinco países de língua portuguesa: Guiné-Bissau (10/09/74), Cabo Verde (05/06/75), Moçambique (25/06/75), São Tomé e Príncipe (12/07/75) e Angola (11/11/75). Brasília reconheceu-lhes lestage a independência e estabeleceu missões diplomáticas junto aos novos governos.

O uso do mesmo idioma facilita a cooperação mútua. Representantes oficiais dos sete países de expressão comum já se reuniram em Lisboa e na Praia para a elaboração de um texto único em português sobre o Direito do Mar. A III Conferência dos Chefes de Estado das cinco Repúblicas africanas acima mencionadas, realizada na cidade de Praia nos dias 21 e 22 de Setembro, de 1982, abordou a conveniência da introdução do português nas organizações internacionais como língua de trabalho. Além de decidir empreender acções com vista   materialização deste objectivo sublinhou a importância da criação de mecanismo de consulta aos outros países de língua portuguesa.

O Brasil mantém contactos com os países de expressão comum em Nova Iorque, na sede das Nações Unidas. As relações bilaterais cresceram e há programas de cooperação técnica e cultural com os países africanos de expressão comum. O chanceler Saraiva Guerreiro visitou Luanda e Maputo e os chanceleres de Moçambique e Angola foram recebidos no Brasil. O regime civil brasileiro intensificou os contactos com a comunidade lusófona.

O presidente Sarney visitou Portugal de 3 a 9 de Maio de 1986. Em seus discursos e conversações tratou de temas candentes tais como dívida externa, diálogo Norte-Sul, relações Sul-Sul, adopção do português como língua oficial da ONU, formação de uma comissão incumbida de promover maior unidade da língua lusitana, consequências do ingresso de Lisboa na Comunidade Económica Europeia. Por iniciativa do Brasil incluiu-se no comunicado final conjunto, a condenação explícita do regime da África do Sul. Também em razão da presença de numerosa colónia lusitana no país, Pretória tem procurado conseguir evitar manifestações contrárias de Lisboa ao seu *apartheid*. Retribuindo a visita do chefe de Estado do Brasil, o Presidente Mário Soares esteve no Brasil, em Novembro de 1986, acompanhado de numerosa comitiva.

Com os países lusófonos da África, a aproximação tem sido muito intensa. Ao voltar de Portugal, o presidente Sarney deteve-se em Cabo Verde. Lá, discursou em 9 de Maio de 1986 contra o regime sul-africano e anunciou importante programa de cooperação económica e cultural. Disse ele: «(...) A África, de que Cabo Verde é imagem promissora e actuante, é uma das matrizes do Brasil moderno. A ela nos unem inúmeras afinidades étnicas, culturais, históricas e linguísticas. (...) Nesse contexto esperamos colaborar, de forma franca e reciprocamente vantajosa, para o maior progresso de todas as nações africanas que assim o desejarem. A cooperação brasileira já se tornou conhecida por nossos parceiros africanos como desprovida de intenções hegemónicas e vinculações de ordem política ou ideológica. (...) O Governo brasileiro está ultimando novo programa de cooperação técnica com a África. (...) Trata-se da criação do «Fundo de Cooperação Técnica Brasil/PNUD» que contemplará a formação de recursos humanos africanos, através de bolsas de estudo no Brasil e do fornecimento de serviços de consultoria brasileiros»⁷¹.

O Instituto Rio Branco tem formado diplomatas de Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. A partir de 1986 cresceram os vínculos diplomáticos, comerciais e culturais com Angola e Moçambique. A companhia Aérea Angolana, estabeleceu voos para o Brasil.

⁷¹ Discurso do presidente José Sarney na Assembleia Nacional Popular de Cabo Verde, *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Brasília, MRE, n.º 49:41-42, Abr., Maio, Jun. 1986.

Luanda abriu em 1987 sua embaixada em Brasília. Chefes de Estado e ministros de países africanos de expressão comum têm visitado o Brasil com frequência.

A dimensão do leste europeu

Portugal e Rússia mantiveram suas relações diplomáticas quando da transferência da Corte lusitana de Lisboa para o Brasil, em 1808. Em 1812 a Rússia já contava com representação diplomática no Rio de Janeiro. Ainda na década de 1820 a Rússia reconheceu a independência do Brasil e cada um estabeleceu representação diplomática na capital do outro.

Após a Revolução de 1917 o governo do Rio de Janeiro retirou da Rússia seu representante diplomático. Durante a Segunda Guerra Mundial, Brasil e União Soviética combateram o Nazismo e o Fascismo. Neste contexto e já com os planos adiantados da criação da Organização das Nações Unidas, o Brasil, em 2 de Abril de 1945, reconheceu a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e estabeleceu com ela relações diplomáticas. Em 1947, porém, no clima de guerra fria o presidente Eurico Gaspar Dutra tomou a iniciativa de romper com Moscovo. As relações foram reatadas durante o governo de João Goulart, em 23 de Novembro de 1961. Nesta data o chanceler Santiago Dantas pronunciou, a respeito, importante discurso na Câmara dos Deputados.

As relações com o leste europeu cresceram consideravelmente nas décadas de 1970 e 1980. Em mensagem ao Congresso Nacional escreveu o presidente Figueiredo: «O relacionamento do Brasil com os países socialistas da Europa Oriental foi marcado em 1981, pela expansão e diversificação. Multiplicaram-se as visitas oficiais e incrementou-se o intercâmbio comercial que, alcançando cerca de US\$ 1,6 bilhões, atingiu os níveis mais elevados das últimas décadas»⁷².

Exemplo significativo dos contactos oficiais com o leste foi a visita do vice-presidente Aureliano Chaves à Hungria, em Outubro de 1982.

O governo iniciado em 15 de Março de 1985 intensificou seus vínculos com esta região⁷³. Por ocasião do 40.º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética os ministros das Relações Exteriores dos dois países, Olavo Egydio

⁷² FIGUEIREDO, João, *Mensagem ao Congresso Nacional*, Brasília, DIN, 1982, p. 162

⁷³ Afirmação nesse sentido se encontra na palestra do chanceler Abreu Sodré proferida em 27 de Junho de 1986 na Escola Superior de Guerra, *Resenha de Política Exterior do Brasil*. Brasília, MRE, n.º 49:135, Abr., Maio, Jun. 1986.

Setúbal e Andrei Gromiko, trocaram expressivas mensagens de mútuo apreço e amizade⁷⁴. O chanceler brasileiro compareceu à embaixada da URSS na data desta comemoração, 2 de Abril de 1985. Em Dezembro do mesmo ano realizou ele a primeira visita de um chanceler do Brasil a Moscovo. Em 1988 coube ao Brasil acolher, também pela primeira vez, a visita do ministro das Relações Exteriores da URSS, Eduard Shevardnadze. Já estão previstas as viagens do presidente José Sarney à URSS e do primeiro secretário-geral do PCUS, Mikhail Gorbatchov, ao Brasil. Dentre as iniciativas tomadas e implementadas pelos dois países cabe destacar: autorização à empresa Aeroflot para efectuar pousos técnicos no Brasil; autorização para elevar o escritório comercial soviético em São Paulo à categoria de consulado geral; realização de exposições técnicas brasileiras em Moscovo, como a de telecomunicações de 1985; cooperação Brasil-URSS em terceiros países da África (conforme se viu anteriormente). Em 15 de Abril de 1986 por ocasião da X Reunião Intergovernamental Brasil-URSS de cooperação comercial, económica, científica e tecnológica, pronunciou o emb. Flecha de Lima importante discurso que corrobora o acima exposto. Aí se lê:

«A prática do universalismo nas relações internacionais é uma postura tradicional da política externa brasileira. Não praticamos uma política de alianças globais e não limitamos o número de nossos parceiros pelo estabelecimento de relacionamentos privilegiados e excludentes. (...) Ao longo dos últimos meses, o governo brasileiro tem dado inequívocas mostras de que deseja colocar as relações com a União Soviética em patamar mais elevado, com base nos princípios da reciprocidade».⁷⁵

O comércio do Brasil com os países do leste europeu tem apresentado consistente «superavit» ao longo do último decénio. Tal facto contribuiu para a queda do comércio bilateral, notadamente acentuada a partir de 1984. Comissões mistas têm sido estabelecidas para procurar resolver o problema. É exemplo a comissão mista Brasil-Roméia que, durante a sua IX reunião, permitiu clara definição da política brasileira a respeito do leste europeu. Foi esta expressa no discurso de 22 de Maio de 1986 pelo chanceler Abreu Sodré. Aí afirmou ele:

«No plano político, as diferenças do regime adoptado pelos nossos países não impedem que o diálogo se desenvolva num clima de cordialidade e entendimentos. (...) O universalismo leva-nos a manter contactos com governos de diversas orientações, sem

⁷⁴ *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Brasília, MRE, n.º 46:107-8, Mar., Abr., Maio, Jun. 1985.

⁷⁵ *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Brasília, MRE, n.º 49:63, Abr., Maio, Jun. 1986.

relacionamentos privilegiados ou excludentes, rejeitando a política de alianças globais e a visão simplista que divide o mundo em esferas de influência»⁷⁶.

Outro discurso que embasa essa política comercial com os países socialistas foi o proferido pelo chanceler Abreu Sodré em 25 de Junho de 1986 na ESG. Afirmou ele:

«No que se refere ao relacionamento económico e comercial do Brasil com os países da Europa Oriental, observa-se um «superavit» histórico em favor do Brasil. (...) O volume do «superavit» representa sério obstáculo ao aumento da diversificação do comércio com a área, e impede a melhoria qualitativa da pauta brasileira, na qual os produtos de base se revelam como os de maior importância. Por meio de Comissões Mistas e outros mecanismos de cooperação, envida-se presentemente esforço destinado a estabelecer formas de relacionamento que permitam romper-se tal impasse no intercâmbio bilateral do Brasil com cada um daqueles países»⁷⁷.

Merecem também destaque as iniciativas de cooperação com a URSS no campo da produção de energia alternativa, como o álcool etanol, e na construção de centrais hidroeléctricas.

Na segunda semana de Maio de 1988 visitou o Brasil o primeiro-ministro da Checoslováquia Lubomir Strougal. O acordo comercial assinado entre ele e o presidente José Sarney prevê expressivo crescimento no intercâmbio entre os dois países.

Em sua mensagem ao Congresso Nacional, de 1988, escreveu o presidente José Sarney:

«As relações com o leste europeu, por sua vez, ingressaram em um novo patamar político, fruto da maior compreensão recíproca e, sobretudo, da conscientização de que as diferenças entre os sistemas vigentes no Brasil e nos países daquela área não devem impedir o diálogo de alto nível. Foi nesse espírito que visitaram o Brasil, no ano passado (1987), o chanceler da União Soviética e o presidente da Hungria. De especial relevo foi o entendimento com o Governo Soviético para a realização em 1988, da visita presidencial a Moscovo»⁷⁸.

Há muita continuidade na política externa do Brasil. Propugna ela os princípios básicos e ideais da Organização das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos. Entre estes cabe particular destaque para a promoção da paz e a solução pacífica dos

⁷⁶ *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Brasília, MRE, n.º 49:73, Abr., Maio, Jun. 1986.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 136.

⁷⁸ SARNEY, José, *Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional*, Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1988, p. 83.

conflitos. Neste sentido foi muito importante a iniciativa, aprovada pela Assembleia da ONU em 1987, de declarar Zona de Paz o Atlântico Sul.

Este estudo manifesta outrossim a vocação universalista do Brasil, baseada também na grande multiplicidade de grupos étnicos presentes na sua história e hoje integrados por uma língua e uma nacionalidade. Abrangendo, provavelmente, a maior população mestiça do globo, o Brasil poderá, mais facilmente, desempenhar papel de ponte entre os continentes. Exemplo do interesse do país nas questões internacionais foi a candidatura e eleição por unanimidade do embaixador João Clemente Baena Soares, em 1984, para o cargo de secretário geral da OEA.

A política externa brasileira conheceu também na sua história várias modificações sob o influxo separado ou concomitante de forças endógenas e exógenas. Há muitos exemplos. Assim nos anos de 1961 a 1964 as autoridades de Brasília afastaram-se consideravelmente de Washington, reataram ou ampliaram vínculos com o leste europeu e voltaram-se mais para os países em desenvolvimento. Mesmo no período de presidentes militares, de 1964 a 1985 ocorreram mudanças importantes⁷⁹. A dimensão terceiro-mundista foi enfatizada nos governos de Costa e Silva, Ernesto Geisel e João Figueiredo. Em 1974, o Brasil aderiu ao Tratado da Antártica de 1959, como seu 19.º membro. A dimensão terceiro-mundista tem sido aprofundada no mandato do actual presidente José Sarney. Cabe ressaltar que o panorama internacional também evoluiu muito. O domínio das duas superpotências foi debilitado pelo fortalecimento da CEE, pelo dinamismo japonês, pelo distanciamento entre Moscovo e Pequim, pela coordenação maior entre países do sul, etc.⁸⁰

O notável grau de continuidade da diplomacia brasileira muito deve à lembrança permanente de sua figura luminar, o barão do Rio Branco (1845-1912). José Maria da Silva Paranhos Júnior teve Liverpool como seu primeiro posto no exterior, em 1876. Aí intensificou seus estudos de História, particularmente importantes para o conhecimento da realidade nacional. De 1902 a 1912, ano de seu falecimento, ocupou o cargo de chanceler. Distinguiu-se muito nas negociações concernentes à fixação das fronteiras, tarefa necessária e complexa, sobretudo no caso de um país com dez vizinhos. Graças, em grande parte, a ele, o Brasil não tem litígios de limites.

⁷⁹ MARTINS, Carlos Estevam, «A evolução da política externa brasileira na década de 64/74». *Estudos CEBRAP*, 12:53-99, Abr., Maio, Jun. 1975.

⁸⁰ Escreveu o chanceler Saraiva Guerreiro: «Não afectamos o destino do sistema internacional da mesma forma ampla pela qual este molda o quotidiano da vida brasileira. Trata-se de um problema estrutural; a nossa dependência de importação de petróleo, tecnologia e capitais». *O Brasil e sua Política Externa*, Brasília, UnB, 1981, p. 5. O Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, o GATT beneficiaram os países do norte, sobretudo aqueles fisicamente afectados pela Segunda Guerra. Os interesses do sul não foram devidamente contemplados...

No Rio de Janeiro o Ministério de Relações Exteriores funcionou durante muito tempo na antiga Mansão do Barão, o Palácio Itamaraty. O moderno edifício onde, em Brasília, trabalham os diplomatas brasileiros, é conhecido como Palácio Itamaraty. Suas dimensões maiores, sua proximidade às sedes dos três poderes, suas características singulares e originais parecem testemunhar a particular importância atribuída pelo país à política externa. Fundado em 1945 o Instituto incumbido de recrutar e formar os futuros diplomatas, ostenta o nome de Rio Branco. A ordem do Rio Branco, reúne pessoas destacadas por serviços prestados na área internacional. A publicação das obras de Rio Branco, a evocação frequente de seus ensinamentos e de sua vida de trabalho e dedicação ao país são assim inspiração perene da política externa do Brasil.